



MENINAS VESTINDO AZUL: GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE

Anabela Maurício de Santana¹

GT6: Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar a reprodução das relações de gênero na escola e no âmbito da relação homoafetiva, possibilitando uma reflexão acerca do que é ser homem e do que é ser mulher e seus respectivos papéis na sociedade e na família. Adota-se como ideias norteadoras a mulher lésbica na relação homoafetiva, o que ela anseia e as maneiras que tem encontrado para driblar o preconceito, a rejeição, a agressividade e o decesso às políticas públicas para essas mulheres, bem como as experiências no cotidiano escolar e o papel do professor e da professora no processo de educação sexual. A pesquisa teve como sujeitos quatro mulheres que se intitulam lésbicas mantendo um relacionamento homoafetivo e com o intento de fazer esta investigação foram utilizados os meses de setembro, outubro e novembro de dois mil e dez, tendo como *locus* o município de Itaporanga d' Ajuda/Se.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Sexualidade.

ABSTRACT

This article aims to analyze the reproduction of gender relations in the school and within the homo-affective relationship, allowing a reflection on what being a man and being a woman and their roles in society and the family. Is adopted as the guiding ideas in lesbian homo-affective relationship, what she craves and the ways they have found to circumvent prejudice, rejection, aggression and the demise of public policies for these women, as well as experiences in school life and the role of the teacher and the teacher in the sex education process. Thus, the study was subject four women who call themselves lesbians and maintaining a homoafetivo with intent to do this research relationship the months of September, October and November two thousand and ten were used, with the locus of the municipality Itaporanga d 'Help / If.

Keywords: Gender, Education, Sexuality.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e graduação em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (UNIT). Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq: "Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero" – UFS e do Grupo "Gênero, Família e Violência" – UNIT. Aracaju/Sergipe/Brasil. E-mail: ana_santana@oi.com.br



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação homoafetiva e sua vinculação com o gênero, a educação e a religiosidade, tendo por base a pesquisa realizada em Itaporanga d'Ajuda/SE, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2010, com dois casais homoafetivos, que responderam a um questionário abordando relação familiar, escolaridade, geração, maternidade, medos, sonhos e perspectivas. Tratar dessa questão revela a dinâmica da sociedade brasileira e como se expressam as relações sociais, especificamente de gênero, as quais permanentemente se (re) fazem, e seus componentes culturais e ideológicos, que necessariamente refletem comportamentos preconceituosos e/ou de aceitação.

Para uma abordagem sobre a homossexualidade, consideramos a homossexualidade no sentido lato (sexualidade e afetividade), visto que se torna importante, na medida em que procura compreender o ser humano de forma global em suas diversas maneiras de agir, de pensar, se expressar e se comportar no que diz respeito à questão da sexualidade. Ao explorarmos alguns fenômenos sociais, não podemos deixar de situá-los numa sociedade capitalista patriarcal que prima pelas desigualdades advindas de seu modo de produção e das diferenças de gênero; uma sociedade permeada por movimentos de resistência e contestação ao modelo autoritário que não tolera as diferenças, com conflitos que irrompem com a busca pela igualdade. Entendemos assim que a homossexualidade é presente a toda a sociedade; apresenta-se no organismo social, tendo como viés a sociedade, a religião, a cultura, a educação, o trabalho e a família. Na atualidade, a mídia tem assumido um papel determinante ao explorar as questões relativas à homoafetividade, promovendo a emersão desta questão que até há alguns anos era tabu, restrita ao âmbito privado.

Família, Igreja e Escola convivem cotidianamente com a questão da sexualidade e da homoafetividade. Nestas instâncias, os indivíduos, desde a mais tenra idade, terão ou não uma educação sexual, terão apoio ou vivenciarão as restrições impostas pelas normas de conduta de uma dada sociedade, que pode ser tolerante ou intolerante com a homossexualidade. A família não é uma entidade fixa. Ela é o ambiente onde se desenvolvem as regras de filiação e parentesco, cujo escopo é juntar os indivíduos entre si e a sociedade. Nesse sentido, são os vínculos entre os sujeitos que criam a família, e são esses vínculos intrafamiliares que caracterizam as formas possíveis de família, conforme aponta Lévi-Strauss (1976).



Assim sendo, a família configura-se como uma das mais importantes instituições que desenvolvem a educação sexual, fortalecendo, na maioria dos casos, a divisão sexual entre homens e mulheres. Ela socializa os seus componentes, desenvolvendo comportamentos que muitas vezes se apresentam contraditórios na recusa ou na aceitação da ordem social, na negação ou não da homossexualidade, seja de si próprio, seja de seus pares.

A divisão sexual entre homens e mulheres ocorre porque o gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; ou seja, a distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homem e mulher não são de origem biológica. Logo, se observa que o gênero é um conceito socialmente criado que atribui aos homens e às mulheres papéis sociais e identidades distintas. O gênero dá significado às diferenças que são produzidas socialmente; e mediante o processo de construção do gênero, a sociedade lança mão de ideias sobre ser homem e ser mulher e o que é próprio de cada sexo. Contudo, a sua simbolização cultural, além de macular os sexos, macula o social, o religioso e o político. Saffioti, em seus estudos, destaca que:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (SAFFIOTI, 1993, p. 8).

As estruturas sociais autoritárias do homem sobre a mulher e filhos na família são uma construção social que influi na sexualidade, bem como na formação dos indivíduos na sociedade, os quais reproduzem de forma inconsciente a dominação masculina, refletindo na configuração de papéis do homem e da mulher. Isso posto, faz-se necessário ressaltar o poder, visto que este é percebido como uma relação social complexa, por conseguinte, as relações de gênero são relações de poder imbricadas com outros campos e formas de relações de poder. Assim, tem-se atribuído às mulheres pouco poder e restrito ao espaço familiar, como expressam Rabay e Carvalho (2001).

A mulher no espaço privado produz nos filhos características de personalidade, contribuindo na assimilação de papéis institucionalizados, pois ela é responsável pela educação da prole. Assim, os afazeres domésticos compõem saberes (educar, orientar, cuidar,



organizar)¹ que ajudam também na “definição da orientação sexual”. A socialização dos filhos, tradicionalmente, é tarefa atribuída às mulheres, mesmo quando estas encontram-se no espaço público, ou seja, desempenhando função remunerada fora do lar; cabe a elas prepararem as gerações mais jovens para a vida adulta. A sociedade, conforme salienta Saffioti (2009), permite que a função desempenhada no lar seja atribuída a outra pessoa da família ou a outrem através do recebimento de salário; porém, esta “permissão” é legitimada de fato quando a mulher necessita prover seu sustento e o de seus filhos e filhas ou nos casos de complementação da renda do cônjuge.

Essa definição de papéis arraigados no seio familiar até os dias atuais define claramente a posição subordinada da mulher e inviabiliza, via de regra, uma aceitação passiva da família quando um de seus membros apresenta comportamento homoafetivo. Assim como a família, a religião também impõe à mulher papéis atrelados ao âmbito privado, tais como o cuidado, a abnegação, a educação, configurando-se a Igreja como uma instituição que exerce influência sobre as mulheres e que congrega o *habitus*², conforme expressam Matos e Santana (2010).

A religião, de forma geral, externa grande preconceito contra a união de pessoas do mesmo sexo. Em virtude da crença de que a Bíblia condena a homossexualidade e a lesbianidade, deparamo-nos com a intolerância, o ódio e a crueldade contra os homossexuais. Para a Igreja, o contato sexual é reservado ao casamento e para fins procriativos, assim como a relação sexual e afetiva deve ocorrer entre pessoas de sexos diferentes. As dificuldades em lidar com a homossexualidade e a lesbianidade extrapolam, no entanto, os ambientes familiar, religioso e escolar perpetuam por toda a sociedade, imprimindo aos homossexuais comportamentos de reclusão, inibição, medo e prevenção. Diante de tais condutas, a abordagem dessa temática deve ocorrer em um clima de confiança e de empatia. Sendo assim, durante a pesquisa com os dois casais de lésbicas, houve a preocupação em criar uma atmosfera de confiança/segurança para que as entrevistadas pudessem expor seus pontos de

¹ O cumprimento das diversas “funções femininas” faz parte da busca pela conciliação do ser mãe, esposa, profissional, dona de casa, estudante e da ideia que carrega de ser mulher (práticas de ajuda, de cuidado e educação), que em determinados momentos produz uma ambiguidade e uma ambivalência, que coexistem nas mulheres e geram sentimentos e posturas contrárias que lhes causam angústia e frustração (OLIVEIRA, 1993).

² O termo *habitus* é adotado como um princípio de disposições adquiridas pela experiência, portanto, variáveis segundo o lugar e o momento e ajustáveis a uma infinidade de situações possíveis, que lhe conferem um caráter imprevisível (BOURDIEU, 2004).



vistas. A entrevista abordou os temas ligados à maternidade e à geração, configurando o seguinte quadro:

O casal 1 apresenta idade inferior aos 30 anos de idade, enquanto o casal 2 encontra-se acima dos 40 anos de idade³, com uma união estável que perdura há aproximadamente 15 anos. Para o casal 2, a maternidade já foi um sonho, porém precisou ser adiado. Na atualidade, devido à idade, o casal acredita que seja inviável.

Tanto a entrevistada “C” quanto a “D” (referem-se ao casal 2) mencionam que passaram por diversos problemas no município de Itaporanga d’Ajuda. Foram ofendidas por muito tempo, no entanto, para elas, as piores ofensas partiram da família. A entrevistada “C”, de 41 anos de idade, ressalta que é muito difícil o fato de não ser mãe, pois sua companheira (pesquisada “D”) com 42 anos já é mãe, e assim relata o desejo pela maternidade.

O casal 1 encontra-se no processo de amadurecimento para uma gestação futura. Nos planos do casal, a entrevistada “A”, com 26 anos de idade, conceberá o nascimento da criança seja esta menino ou menina, pois para elas, o sexo da criança é o que menos importa. O que para a entrevistada “B”, com 30 anos de idade, significa um processo de amadurecimento, onde ambas devem ter responsabilidades e compromisso com a criança.

Percebe-se que a maternidade, independentemente da “expressão sexual” da mulher, permanece sendo um elemento de realização e afirmação do papel feminino. Para a mulher lésbica, a maternidade sempre é um desafio, pois esbarra não só nas limitações biológicas, mas também socioculturais e jurídicas⁴. Assim, as respondentes relatam majoritariamente um forte desejo de ser mãe, cujo desejo pode ser percebido como uma realização do casal. Apontando também a maternidade como uma estratégia que visa sensibilizar as famílias, que até então rejeitam a relação homoafetiva, mostrando à sociedade a seriedade da união, humanizando, quem sabe, aqueles que permanecem rejeitando esses casais, como assim relatou o casal 2. A rejeição e agressão gratuitas fazem parte do cotidiano desses casais.

³ Observa-se que para manter o anonimato das entrevistadas, os casais receberam as numerações 1 e 2, sendo que o casal 1 intitula-se por “A e B” e o casal 2, por “C e D”.

⁴ Observa-se que é nesses novos arranjos familiares que surge a “família homoparental” – neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, condição na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é e/ou pretende ser pai ou mãe de, no mínimo, uma criança – no qual vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo incluindo os casos da parentalidade de travestis e transexuais. Não obstante, tais uniões não possuem capacidade procriativa (no sentido biológico), embora seus componentes possam tê-la individualmente, conforme aponta Zambrano (2006).



Historicamente, a religião, a sexologia e as ciências médicas, a priori, conceituaram a homossexualidade como uma patologia, ou seja, um desvio de conduta sexual “anormal”, procurando formas de alterá-la para a heterossexualidade, “padrão” este dominante e vigente.

De acordo com os relatos das respondentes percebe-se que as mudanças sofridas pelo individuo podem ser atreladas a influências globalizantes, que por sua vez são perturbadoras, visto que as mudanças podem ser intensas, atingindo a atividade individual e também a constituição do eu. Assim, com a modernidade podem surgir as crises, e estas podem se tornar “normais”, porém não devem se tornar usuais, conforme destaca Giddens:

A modernidade é inerentemente suscetível à crise, em vários níveis. Existe uma “crise” sempre que as atividades relativas a importantes objetivos na vida de um indivíduo ou de uma coletividade repentinamente parecem inadequadas. As crises nesse sentido tornam-se parte “normal” da vida, mas por definição não podem ser rotinizadas (GIDDENS, 2002, p. 171).

A luta pela sobrevivência pode fazer com que o indivíduo encare os riscos. Mesmo ciente de que algumas coisas tidas como ruins podem acontecer, o indivíduo consciente dos riscos prepara-se e tende a não entrar em desespero e, por conseguinte, suporta as crises com mais serenidade. Segundo Giddens (2002), “no projeto reflexivo do eu a narrativa da auto-identidade é inerentemente frágil”. Desta forma, percebe-se que nas tensões do projeto reflexivo do eu, o indivíduo fica fragilizado. Portanto, ao passo que este reflete para identificar e conhecer o eu, tende a ficar fragilizado e sofrer pressões, e estas pressões têm impacto direto na esfera da vida pessoal.

O comportamento e as formas de enfrentamento dos indivíduos homoafetivo estão diretamente ligados à percepção da sociedade e à percepção que eles têm de si próprios. Destarte, Vidal (1985, p. 58), salienta que “por homossexualidade, entendemos a condição humana de um ser pessoal que, ao nível da sexualidade, caracteriza-se desta peculiaridade de sentir-se constitutivamente instalado na forma de expressão exclusiva com o parceiro do mesmo sexo”. Nesse sentido, podemos aqui salientar que, primeiramente, a homossexualidade deve ser compreendida como uma questão a ser avaliada em uma conjuntura global. Assim, a pessoa deve ser vista como um ser total e não apenas voltado para o sentido sexual, visto que o ser humano não se define apenas a partir de sua forma de expressar sua sexualidade: é um ser total, dotado de desejos, vida, sonhos e perspectivas (VIDAL, 1986).

Isso posto, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir de 1992, propôs que a homossexualidade não deve ser mais visualizada como uma doença. A priori, foi retirada do



CID-10 (Classificação de transtornos mentais e do comportamento) e assim passou a não ser mais considerada uma patologia, como também não está incluída como comportamento patológico no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais⁵.

A história da homossexualidade no Brasil mostra períodos profícuos que marcaram profundamente e revela-se nos dias atuais. Desvenda os caminhos que foram sendo traçados desde a colonização, pontuados por poucas mudanças sócio-econômicas, políticas e ideoculturais que influíram no significado social do fenômeno em questão e, principalmente, revela que a homossexualidade sempre esteve a reboque de patologias e/ou “forças advindas de espíritos inferiores”, empobrecendo seu papel político, social, econômico e sua fecundidade de gerar cidadania.

O Conselho Federal de Psicologia no Brasil redigiu a resolução nº 001/1999 constituindo normas de atuação dos profissionais acerca da orientação sexual das pessoas. Assim, o texto traz com clareza que a homossexualidade não deve ser considerada como algo patológico, e proíbe que os psicólogos considerem seus pacientes como portadores de doenças (CFP, 1999). A sexualidade humana é bastante complexa, e por esta razão requer cuidados em sua análise, em virtude da extensão de sua expressão. Logo, com base no ponto de vista biológico e médico, percebe-se que:

A sexualidade, desejo fundamental do ser, ocupa um lugar central em nossa condição existencial. Ela compreende três dimensões básicas: uma biológica, uma psicológica e outra cultural. A dimensão biológica corresponde ao impulso sexual, determinado por processos fisiológicos, cerebrais (sistema límbico, principalmente) e hormonais; a psicológica corresponde aos desejos eróticos subjetivos e à vida afetiva intimamente implicada na vida sexual; finalmente, a dimensão cultural corresponde aos padrões de desejos, comportamentos e fantasias sexuais criados e sancionados historicamente pelas diversas sociedades e grupo social. Estas três dimensões manifestam-se de modo geral, de forma conjunta na vida sexual (DALGALARRONDO, 2000, p. 216).

Através do conhecimento nas neurociências, conclui-se que o sistema límbico⁶ é o responsável pelos acontecimentos referentes à sexualidade, à agressividade e aos padrões primitivos de sobrevivência, como a fome, a sede e o sono, enquanto a região que controla os movimentos da racionalidade, do pensamento é a do córtex cerebral, que por sua vez está

⁵ A genética afirma que boa parte dos homossexuais tem um gene que predispõe a homossexualidade. Nesse ínterim, percebe-se que tal afirmação abre caminho para que a homossexualidade possa ser tratada como uma característica genética como a cor da pele, a cor do cabelo, as habilidades motoras, a inteligência, dentre outros.

⁶ Cabe salientar que o sistema límbico é o grupo de estruturas no qual se inclui o hipotálamo. O hipotálamo fisiologicamente é responsável pela sexualidade do ser humano, pela frequência cardíaca e pressão arterial e pela liberação dos feromônios.



acima do sistema límbico, conforme acrescenta Dalgalarrondo (2000). Portanto, desejar ou não o outro, independentemente de ser homem ou mulher, independe da “vontade” ou da decisão da pessoa.

Assim, Houzel (2006) destaca que o hipotálamo dos homens heterossexuais, responde fortemente ao feromônio feminino EST (estra-1, 3, 5(10), 16-tetraz-3-nol), um derivado do hormônio estrogênio, produzido durante o ciclo menstrual. A mesma região do cérebro das mulheres heterossexuais reage ao feromônio masculino AND (4, 16-androiestadie-3-nona), que deriva de hormônios sexuais masculinos e é encontrada no suor, na pele e nos pêlos axilares dos varões. Como era de esperar, o AND aumenta a excitação das mulheres e diminui a dos homens quando ambos são heterossexuais. Sendo assim, supõe-se que homens e mulheres que se sentem atraídos por mulheres respondem ao feromônio EST, e as mulheres e os homens atraídos pelos homens respondem ao feromônio masculino AND⁷. Isso posto, observa-se, segundo Houzel que:

A descoberta de que o cérebro e não os hormônios sexuais, nem a genitália, que se define a identidade ou a preferência sexual é uma das lições das neurociências de maior impacto em nossa vida cotidiana [...], mas o cérebro é capaz de fazer melhor; pode até mudar crenças, teorias e preconceitos, felizmente se 100% da população têm preferência sexual ainda inata e biologicamente determinada, somos todos iguais nesse quesito mesmo que o cérebro da maioria responde a feromônios do sexo oposto. Tentar mudá-la é como insistir que uma pessoa troque a cor da pele, torne-se menos alta ou mude a cor dos olhos. É inútil, inviável e injusto (HOUZEL, 2006, p. 51).

Não obstante, faz-se necessário salientar que as identidades são produzidas em momentos particulares no tempo e são, por sua vez, questionadas. Assim, as identidades são constituídas através da marcação da diferença, e esta marcação ocorre por meio de sistemas simbólicos de representação e também por meio de formas de exclusão social, uma vez que a identidade não é o oposto da diferença, isto é, a identidade depende da diferença conforme expressa Silva (2000).

Segundo Foucault (1999, p. 26), “houve uma fermentação discursiva sobre a sexualidade, com uma proliferação de discursos sobre o sexo, tendo como função verificar e conhecer tanto as formas como os objetos de atividade e desejo sexual” a partir do século XVIII. O autor ainda afirma que surgiu um estímulo econômico, político e técnico ao se falar

⁷ Importante salientar que as neurociências indicam também que a atração que se sente pelo outro, independentemente do sexo, é o resultado da formação do feto no útero influenciado por questões hormonais e cargas genéticas. Estudos apontam também que podem existir diferenças no hipotálamo de indivíduos hetero e homossexuais. Isto é, os homens heterossexuais têm mais neurônio em determinado núcleo do hipotálamo que as mulheres e os homens homossexuais.



do sexo sem formular uma teoria geral da sexualidade, de forma qualitativa, mas partindo de uma análise quantitativa, classificando e especificando a sexualidade com fins de domínio e poder. Na concepção de Michel Foucault (1999, p. 36), “[...] o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo”.

Percebe-se que a sociedade moderna não teve como meta condenar e calar o sexo, mas sim majorar o assunto e colocá-lo como segredo, pois não podemos deixar de mencionar que, do ponto de vista do poder e do saber existente nas instituições, o sexo para o prazer se cala, visto que as questões sexuais eram consideradas apenas quando partiam da família conjugal, dentro do lar, tendo como objetivo a procriação. Ainda para Foucault, nestes últimos séculos, a história da sexualidade não registra uma crescente coerção, isto é, a história não se volta para a repressão na fala e na atitude, pois busca-se domínio ao falar de sexo com propriedade. No entanto, percebe-se que “o discurso sobre a repressão se mantém, porque é fácil de ser sustentado e corrobora com o poder” (Foucault, 1999, p. 11-12).

Diante disso, nota-se que o dispositivo⁸ de sexualidade, instituído a partir do século XVIII, no intercurso de forças opostas, objetivando atender a uma dada demanda, nasce essa rede de dispositivos que expõe e determina o “normal” e o “patológico”, a sexualidade “sadia” e a “doente”, conforme comenta Foucault (1999). Diante da temática, é interessante mencionar que para Foucault (1999), a “luta” pelos direitos dos homoafetivos é considerada um fato que não pode ser visualizado como a fase final, visto que um direito está mais intrínseco a suas sequelas reais, atitudes e comportamentos do que a formulações legais. Logo, torna-se “inglória” a luta por direitos, hasteando bandeiras e praticando manifestações, acreditando que a sociedade irá modificar por conta disso. Contrário a esse pensamento Ferrari registra que:

O entendimento do cotidiano, das identidades e das diferenças como construção social, histórica e cultural parece contribuir para a elaboração de projetos de emancipação, que serão construídos no presente a partir dos inconformismos do passado e com a perspectiva do pensamento das opções do futuro. Seguindo esse raciocínio, pode-se concluir que os movimentos *gays*, entendidos como local de questionamento, de construção de conhecimento, deveriam, a partir do pensamento do passado, das raízes,

⁸ Os dispositivos consistem num conjunto multilinear, constituídos de linhas de força que possuem uma correlação de energias contrárias e que podem por sua vez apresentar fissuras, rupturas e subjetividades. Logo, nossas vidas se resumem entre o que fomos (por um dispositivo anterior) e o que vamos nos tornando (por um dispositivo atual) (DELEUZE, 1990).



propiciar a elaboração de perspectivas para um pensamento do futuro, das opções (FERRARI, 2004, p. 26).

É oportuno destacar, pois é certa, a existência de discriminação em relação aos homossexuais, a despeito das proibições previstas pelas leis. Diante disso, Foucault destaca:

É necessário lutar para dar espaço aos estilos de vida homossexual, às escolhas de vida em que as relações sexuais com pessoas do mesmo sexo sejam importantes. Não basta tolerar dentro de um modo de vida mais geral a possibilidade de fazer amor com alguém do mesmo sexo, a título de componente ou de suplemento. [...] O fato de fazer amor com alguém do mesmo sexo pode muito naturalmente acarretar toda uma série de escolhas, toda uma série de outros valores e de opções para os quais ainda não há possibilidades reais (FOUCAULT, 2004, p 119).

A sexualidade deve ser visualizada como um campo de elaboração e compreensão de comportamentos. Não obstante, a “desconstrução” de ideia de sexo idealizada por Michel Foucault implica o fato de que o sexo foi algo construído teoricamente, porque o discurso acerca da repressão se mantém por ser fácil de ser corroborado e sustentado pelo poder vigente. Na percepção de Foucault, devemos considerar a homossexualidade como fruto de um dispositivo social que a reage; assim ela se torna um conceito e/ou discurso criado para designar e conceitualizar determinadas maneiras de ser e estar no mundo.

Dessa feita, percebemos que em pleno o século XXI, seria moralmente adequado sermos tolerantes, compreensivos, o respeitar as diferenças, e lutar pela garantia de espaços para a manifestação de novas identidades como princípios compartilhados por gestores e entidades em prol de políticas. Contudo, não estamos nos deparando com práticas de compreensão na vida cotidiana, nas relações pessoais, na vida política; enfim, nos espaços públicos e privados, onde se desenrolam as vidas de homens e mulheres, visto que infelizmente permanecemos vivendo uma exacerbada violência e exclusões políticas, econômicas, sexuais, etnicorraciais e culturais.

Isso posto, enfatizamos que a noção de compreensão está imbricada na multiplicidade de identidades, sejam novas e/ou antigas, que “lutam” por espaços de legitimidade. O único, o privado e o distinto passam a ter centralidade. Assim, a identidade homossexual não é a única a galgar o seu lugar no discurso que emitem os sujeitos sociais e, por vias de consequência, desfazem relações de poder já tão estabelecidas que chegam até a ser vividas como naturais. Por conseguinte, a multiplicidade de identidades sugere o discurso da fragmentação e, desta forma, dá espaço para o particular em contraposição ao universal, visto que a relação entre o universal e o particular é fundamental para discutir-se a política da diferença e o processo de inclusão das diferenças.



De acordo com a Constituição Federal todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer tipo ou natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da C.F.). Não obstante, somos comumente surpreendidos com situações que vão de encontro e contrariam tal dispositivo no que diz respeito à homossexualidade. Desse modo, cabe salientar os movimentos sociais, pois estes apresentam ações coletivas, já que a sociedade hodierna, mediante políticas públicas, vem propondo intervenções diferenciadas em relação a posições políticas e econômicas aliadas aos debates etnicorraciais e sexual. É uma discussão polêmica que evidencia um despertar da sociedade, concernente à intolerância, ao preconceito e à violência. Todavia, a questão é maior e mais profunda; inclui desde a família, passando pela religião e a escola.

Os dados coletados com as mulheres novamente ratificam essas informações, uma vez que as respondentes passaram por diversos problemas em virtude da sua sexualidade, e desta forma apenas uma das respondentes relata que a família respeitou seu posicionamento e apoiou não a expulsando de casa, mas que precisou afastar-se durante um tempo de atividades comuns como ir à igreja e à escola, retomando os estudos após um ano. Quanto à igreja, continua sem frequentá-la.

As demais respondentes mencionaram que chegaram a sair da casa dos familiares devido ao preconceito e que a sociedade é bastante intolerante. Não obstante, outro registro importante é que todas as respondentes chegaram a salientar a própria intolerância, pois para elas foi extremamente difícil aceitar⁹ a “orientação sexual”. Quando questionadas acerca das vivências no espaço da escola, as respondentes majoritariamente relatam que tiveram diversos problemas. Dificuldades na relação não apenas com os/as colegas de escola, mas inclusive com professores e professoras e ainda ratificam que carregam consigo os preconceitos sofridos na infância e adolescência, pois segundo elas era visível a intolerância e que infelizmente não tinham com quem contar.

Isso posto, é oportuno destacar que no Brasil a escola é, a priori, masculina e religiosa, visto que os jesuítas, para além da catequização dos índios, investem na formação dos meninos e jovens brancos da elite. Logo, as primeiras escolas brasileiras regidas pelos jesuítas

⁹ A autoaceitação torna-se complicada em virtude do preconceito e discriminação, pois o comportamento heterossexual é o “comum” e “deve ser o correto”. Logo, o comportamento não hetero é passado como um desvio de comportamento que merece ser tratado e abolido.



constituem-se, pois, num espaço marcadamente masculino, tendo como objetivo a formação de um católico exemplar e esse modelo de ensino continua no país durante um longo tempo, mesmo depois de oficialmente afastado, ao final do século XVIII, como assim destaca Louro (2010). Contudo, sendo a sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, sente-se a necessidade de ser discutida na escola, espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo.

Os relatos das respondentes apontam que não podemos fechar os olhos para essa realidade, que o/a docente deve ficar atento as mudanças, pois as relações entre a mudança e o processo de ensino aprendizagem devem contribuir para a reflexão sobre outras formas de organização social e como a escola deve agir no mundo atual para produzir mudanças de paradigmas através da produção de conhecimentos que nos leve a uma vida digna sem desigualdades sociais. Assim, o/a docente é mediador/a e organizador/a do processo pedagógico, é ele/a que favorece o olhar acerca da situação e, por conseguinte propõe outras fontes de informação que tende a colocar o/a discente em contato com outras formas de pensar.

É oportuno salientarmos que historicamente alguns movimentos configuram-se como ação social e produto do sistema. Logo, percebe-se que há significações internas no comportamento coletivo, as quais são culturais, pois valores, meios e fins explicam o sentido da ação ao avaliar os conteúdos simbólicos, os seus atores e as intenções sociais. Nesse sentido, podemos visualizar que não existe uma definição específica do que seja o movimento social, porque este se apresenta através de diversas vertentes e conceitos variados, conforme destaca Gohn (2009).

Dessa forma, faz-se necessário salientar que o movimento contracultura despertou e abriu espaços para os movimentos sociais e culturais, e assim novas temáticas e sujeitos como mulheres, negros e índios foram surgindo e tendo maior visibilidade, por conseguinte, denominam-se novos paradigmas de ação social como meio ambiente, movimentos étnicos, movimentos feministas e de gênero. As identidades por sua vez modificam-se de acordo com a circunstância. Assim, percebe-se que só existem movimentos sociais se houver a combinação de classe, pois todo movimento social é um movimento de classe direcionado para a integração. Não obstante, Gohn enfatiza que:

Infelizmente no Brasil atual, pouquíssimos movimentos sociais podem ser colocados, de atuação com autonomia. A maioria dos que se autodenominam movimentos, ao pior, aos quais é atribuída a condição de ser ou representar um movimento, não tem um agir coletivo autônomo porque são



monitorados, coordenados por normas, regras e escolhas externas presentes em projetos elaborados por terceiros (pode ser uma ONG ou um grupo político-partidário, ou ainda um grupo de uma secretaria estatal, nos marcos de uma política pública) (GOHN, 2009, p. 63).

Diante do quadro de discriminação e opressão recorrente principalmente no meio familiar, cabe salientar que o poder público deve criar e disponibilizar condições necessárias para o exercício pleno dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao acesso à justiça, à convivência familiar, dentre outros, de forma a garantir os direitos das mulheres, dos idosos, das crianças/adolescentes e dos homossexuais com políticas que os resguardem de: discriminação, exploração, violência, negligência, crueldade e opressão. Logo, as igualdades de gênero devem estar no cerne das políticas de governança, em que todos os indivíduos devem ter espaço para contribuir ativamente na elaboração e aplicabilidade das políticas sociais.

Como nos revela Beauvoir (1967) em sua obra *O Segundo Sexo*, ninguém nasce mulher: torna-se mulher, visto que a fêmea humana assume o sexo que lhe é imposto, este castrado e colocado na condição de inferior ao homem. Essa autora afirma ainda que entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. Atestamos, portanto, que as pessoas que vivem um relacionamento homoafetivo certamente experimentam formas de sofrimento, não pela “escolha” que fizeram, mas sim pela dor que é originada da intolerância, do estigma e do injusto preconceito social. O comportamento homoafetivo deve ser entendido como uma variante natural da expressão sexual humana, um comportamento determina não uma maneira de viver diferente, mas igual.

Assim, as entrevistadas mencionam que até hoje carregam o estigma e que ainda ouvem a expressão “mulher macho”, dentre outras. Relatam que percebem a intenção e que infelizmente muitas vezes acabam internalizando e, por conseguinte, respondem através de comportamentos masculinos por meio da fala (vocabulário tido como masculino), na maneira de sentar e de vestir-se. Segundo Goffman (1982), muitas vezes o estigma está extremamente impregnado, tendo em vista que o indivíduo reproduz o estigma a ele atribuído, tornando-o identidade. A pessoa estigmatizada, independentemente do motivo, carrega em sua história de vida “identidades” atribuídas por outros indivíduos. Outrossim, o estigmatizado (in)conscientemente procura uma identidade ou tenta afirmar sua identidade ou identidades.



No que concerne ao medo, as mulheres entrevistadas ressaltam que houve uma redução do sentimento de culpa sobre seus ombros. O maior medo delas era a não aceitação de suas famílias, a rejeição de seus amigos, de seus colegas de trabalho, enfim, de todos, salientando que o medo muitas vezes faz com que a pessoa homossexual passe a viver em grupos sociais muito fechados, isto porque o medo e a visibilidade social só lhe trazem um desgaste emocional extremo.

Quanto aos sonhos e perspectivas, percebe-se que as mulheres apresentam o desejo de formalizar a união. O casal 2 salientou o sonho em adotar uma criança e, se possível, duas crianças. A entrevistada “B”, por sua vez, registrou que seu sonho está relacionado aos estudos, pois irá colar grau em 2011/2 em Educação Física e que sua companheira será sua madrinha de formatura, mesmo sabendo que serão vítimas de olhares intolerantes. As educações familiar, religiosa e escolar reproduzem, pois, as relações de gênero e suscitam o debate sobre o respeito *ao diferente e à pluralidade*. A vida da mulher brasileira homossexual não é tão diferente da vida da mulher hetero, pois a discriminação social que esta sofre, é levada para o âmbito familiar, social e profissional, representada pela baixa remuneração, pouca oferta de empregos, desprestígio profissional e exclusão familiar.

BREVES APRECIACÕES CONCLUSIVAS

Em suma, sem a intenção de querer esgotar a temática em questão, percebe-se que a multifacetada sexualidade humana dificilmente será simplificada em apenas dois grupos: homossexuais e heterossexuais, uma vez que, certamente, a questão é extremamente mais complexa. A questão da relação entre indivíduo e sociedade sempre foi algo muito presente e controverso na sociologia. Os indivíduos, conforme seus hábitos, são integrantes / constituintes da sociedade, modelando-a e modelando-se ao relacionarem-se uns com os outros, pois esse “atrito” e essa relação tensa, dinâmica e mútua entre os indivíduos configuram o que chama de fenômeno reticular, conforme salienta Elias (1987).

Para adentrarmos nesse universo e falarmos em cidadania nas relações homoafetivas, torna-se necessário nos reportarmos a alguns aspectos históricos culturais dos homossexuais na sociedade, aqui em especial a mulher, visto que a história da mulher é relacional; ela inclui todas as relações entre homens e mulheres, com o grupo social. Sendo assim, discutir as relações homoafetivas requer discutir cidadania, relações de gênero, família, geração,



religiosidade e identidade, priorizando a discussão nas relações homem/mulher, mulher/homem, mulher/mulher e homem/homem enquanto sujeitos com perspectivas, sonhos e sentimentos individuais.

Assim, os momentos passados com as mulheres durante as entrevistas trazem mais dúvidas do que conclusões e remetem-nos a pensar no que de fato é ser homem e mulher. Além disso, diversas interrogações pairam acerca do que é ser mãe e pai! Qual é o papel da mulher e do homem na relação conjugal? O que leva os indivíduos a terem comportamentos preconceituosos e agressivos com seus pares? O que eles pensam sobre suas atitudes? O que leva uma família a rejeitar seu próprio membro? Que direito temos de dizer ao outro como deve conduzir sua vida afetiva? Como se dá o processo de aceitação da sexualidade? E o que leva o indivíduo a dizer “chega” para a opressão e a violência?

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997 (a). p. 587 - 691.
- CFP - Conselho Federal de Psicologia. Resolução CEP nº. 001/1999. [on line] acesso realizado em 14 de outubro de 2010. www.pol.org.br/legislacao/resolucoes.
- DALGALARRONDO, P. **Psicologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.
- DELEUZE, G. **Que és um dispositivo?** In: G. Deleuze (Org.), Gedisa, Barcelona, 1990, p. 151-161.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- FERRARI, A. Revisitando o passado e construindo o presente: O movimento gay como espaço educativo. In: **Revista Brasileira de Educação**, 25, 2004, p. 105-115.
- FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. - 4 Ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1, 13 Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1999.
- FOUCAULT, M. O combate da castidade. In: M. b. de Motta (Org.). **Ética, sexualidade, política/michel Foucault: Ditos e escritos V**. Forense Universitaria. Rio de Janeiro, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOHN, Maria da glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2 Ed. Loyola. São Paulo, 2009.



HOUZEL, S. H. O cérebro homossexual. In: **Revista Viver Mente & Cérebro**, XIV(165), 2006, p. 47-51.

LAGO, Mara C. Souza. Identidade: Fragmentação do conceito. SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara C. S.; RAMOS, Tânia Regina O. (Orgs.). In: **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 119-129.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Rosiska de. A construção de contrários: lógica do privado/lógica do público. In: **Elogio da diferença: o feminismo emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1993. pp. 75-90.

Organização Mundial de Saúde – OMS (Coord.). **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento**. CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Artes Médicas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, 1993.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina P. de. Mulher e participação política: aprendizagem, empoderamento e exercício do poder. FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luiza M.; SANTOS, Eunice F. dos. (Orgs.). In: **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA. Salvador: REDOR, 2001. p. 123-144.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (Org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIDAL, M. **Homossexualidade: Ciência e consciência**. Loyola. São Paulo, 1985.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 26, 2006, p. 123-147.